26.11.80

TL2467

COMUNICADO DE IMPRENSA

Comemora-se no próximo dia 28 de Novembro o 5º aniversário da proclamação da República Democrática de Timor Leste.

Foi no ano de 1975 que, face à renúncia das autoridades portuguesas de retomarem a administração de Timor e encetarem negociações visando a independência e face às constantes agressões na fronteira e à ameaça de invasão pela Indonésia, a FRETILIN assumiu a resolução de proclamação unilateral. Acto que não surgiu como uma acção política de sinseridade, de realidade, mas antes como o culminar natural de um processo que, ao longo dos 3 anteriores meses, mobilizara o povo Maubere em torno de objectivos prioritários no domínio da saúde, educação e agricultura.

Comemorar o 28 de Novembro hoje, em Portugal, para além do recordar do acto e do reafirmar da sua justeza, deverá ser uma atitude de análise e denúncia da acção do actual Governo Português.

E preciso denúnciar sem subterfúgios que a subordinação da política externa portuguesa aos interesses dos E.U.A. tem, como uma das componentes, a entrega de Timor Leste aos indonésios.

Torna-se evidente que essa entrega não pode ser explicita quer por força dos interesses externos (relações com as ex-colónias, por exemplo) mas por força de uma legalidade constitucional que, apesar de tudo, convém ainda manter. E também pela incompreenção que poderia suscitar na opinião pública portuguesa, habituada a uma direita palavrosamente arrogante na defesa do prestígio nacional.

Desse modo, a direita portuguesa vê-se no dilema de, por um lado, preservar afirmações de princípio e, por outro, satisfazer os interesses imperialistas dando o seu contributo para a " pax americana " na área do sueste asiático. A forma de o resolver procurou-a ele na afirmação dos princípios humanitários.

A análize do comunicado do governo de 12 de Setembro sobre Timor Leste, comunicado que explicita a acção futura quer a nível nacional quer a nível externo e o conhecimento do que foi a acção diplomática da delegação portuguesa na ONU, quando da discussão do problema de Timor Leste, tornam clara a política que o Governo visa prosseguir.

É notável,para um país que se entende como " potência administrante ", o cuidado posto em não condenar minimamente o agressor do " território administrado ". Em todo o comunicado se encontra presente esse espírito que,aliás, orientou a acção diplomática portuguesa na ONU. A delegação portuguesa,para além do cuidado posto na não condenação da Indonésia,esforçou-se por suprimir da moção apresentada,todas as referências à participação do Povo Maubere no processo de autodeterminação e independência,intorduzindo sucessivas propostas de alteração do seu texto. É assim que propõe a modificação de um dos considerandos que,na proposta inicial,tinha a redacção seguinte:" Tendo também em consideração a iniciativa diplomática portuguesa visando terminar com as hostilidades em Timor Leste e possibilitar ao povo do Território exercer livremente o seu direito à autodeterminação e independência ",para esta outra forma: " Tendo também em consideração a iniciativa diplomática do Governo Português visando encontrar uma solução razoável para o problema de Timor Leste." Por si só elucidativo!

A política da direita portuguesa,enquanto governo,para além da não condenação da agressão indonésia abre ainda caminho para a definitiva anexação do território.

Até ao momento a Indonésia recusa a aplicação das propostas da ONU. Nada assegura porém que tal posição se mantenha pois isto só sucederá enquanto não estiverem satisfeitas as condições necessárias para que dessa aplicação resulte a salvaguarda dos interesses javaneses.

É a contribuição para a criação dessas condições que o governo português procura quando,sob a hipocrisía das afirmações humanitárias,busca facilitar a saída de Timor Leste de mais uns milhares de Timores. Esse é o interesse indonésio que tem,na política de transferência massiça de javaneses para as áreas agitadas uma das melhores armas de contensão da emancipação de povos em revolta. É uma política colonial evidente que o governo português ainda procura acelerar mais. Afastados que sejam mais uns milhares de patriotas,assassinados que estão já mais de 200000 timores,haverá então condições para referendar o que quer que seja. E,para precaver qualquer eventualidade,há que,paralelamente,criar forças políticas que se afirmem representativas do Povo de Timor e que possam ser colocadas,no futuro,em contraposição à única força que lá mesmo,em Timor,combate o agressor indonésio,a FRETILIN.

Só assim se compreende o apoio dado à UDT, conivente na invasão, ou à criação de movimentos como o MNLITD, emanação timor do PSD ou do seu deputado Angelo Correia.

Mas, estamos certos, a estas manobras da direita portuguesa ou, em sentido mais lato, do imperialismo, continua a responder, no interior do país, o Povo Maubere em armas sob a direcção da FRETILIN.

É na consciência desta situação e no acto de denúncia que fazemos, que, em 1980 em Portugal comemoramos o 5º aniversário da independência.

Lisboa, 26 de Novembro de 1980

COMITÉ 28 de NOVEMBRO CIDAC AAPTL